

# abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual  
Clipping da imprensa

*Brasília, 19 de outubro de 2022 às 07h55*  
*Seleção de Notícias*

## Agência Brasil | BR

Marco regulatório | INPI

**Riquezas da Nossa Terra: Café, aroma da Mantiqueira . . . . . 3**

## Blog do Ancelmo Gois - Globo Online | RJ

Arbitragem e Mediação

**Justiça julga legal o uso do nome de marcas em campanhas de publicidade digital | Ancelmo Gois | O Globo . . . . . 5**

## Blog Fausto Macedo - Estadão.com | BR

Arbitragem e Mediação

**Alteração na Lei de Arbitragem e o abarrotamento do Judiciário . . . . . 6**

## Migalhas | BR

ABPI

**MIGALHAS nº 5.459 . . . . . 8**

Marco regulatório | INPI

**Trade dress e concorrência desleal - Migalhas . . . . . 16**

## Riquezas da Nossa Terra: Café, aroma da Mantiqueira

Menu principal O Brasil é o maior produtor de café do mundo - a estimativa para 2022 é uma produção de 52,8 milhões de sacas do grão, de acordo com o IBGE. Cerca de metade dessa produção é feita em Minas Gerais, estado historicamente ligado à cultura cafeeira. Em terras mineiras, uma região vem se destacando na produção dos cafés especiais: a Mantiqueira de Minas, no Sul do estado. Desde 2011, os produtores locais conseguiram o selo de **indicação** geográfica (IG), que reconhece a qualidade e tradição de um produto a partir das condições ambientais e modo de fazer local. Em parceria com o Sebrae, nossa equipe visitou a região para entender o que é um café especial e porque a Mantiqueira se tornou referência na produção da bebida.

O selo de **indicação** geográfica é concedido pelo Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (**INPI**). A IG do café da Mantiqueira é do tipo **Denominação** de Origem, que reconhece que a qualidade do produto está ligada a fatores ambientais. "O mercado de cafés especiais é muito nichado e, dentro dessa segmentação, alguns países e regiões buscam distinções. Quando determinado país ou região ganha notoriedade internacional, é necessário proteger esse patrimônio", aponta o professor Flávio Boren, que participou do processo de elaboração da IG.

Desde os pés dos cafezais até o grão embalado para ser revendido pelo Brasil e pelo mundo, há um rigoroso controle de qualidade. Os cafés da Mantiqueira de Minas precisam ter no mínimo 83 pontos, em uma escala de avaliação que vai de 0 a 100. O processo leva em conta desde a qualidade do grão colhido no pé, até o sabor do café na boca.

O café premiado e reconhecido internacionalmente, muitas vezes sai de pequenas propriedades em que a família é responsável por todas as etapas, da plantação à colheita. É o caso do café da produtora Sueli Cândido, que alcançou 89 pontos. "Todo produtor

tem a sua história, né? Hoje em dia, quem está comprando seu café lá fora quer saber quem produziu, qual é a história dele. Então, isso é muito bom", diz.

"Cada território, tem uma marca, um DNA, uma história forte. E o selo, garante tanto para o mercado, quanto para o produtor, a proteção dessa origem", explica o analista do Sebrae-MG, Rogério Galuppo. A entidade apoia os produtores a conseguirem a certificação de IG. Ao todo, o Brasil tem 92 **indicações** geográficas reconhecidas atualmente.

A cultura do café também tem impulsionado o turismo na região. Na Fazenda Moreira e Alckmin, os visitantes são convidados a conhecer todo o processo de produção, desde um passeio nos cafezais, até a prova da bebida na xícara. "As novas gerações de produtores têm uma pegada de levar esse conhecimento dos cafés especiais à população como um todo. O desafio é converter o consumidor final tradicional ao café especial", explica Lucas Alckmin, empresário e produtor rural.

Dono de outro café premiado, Alessandro Hervaz, da Honey & Coffee, resalta que além do reconhecimento, o mercado de cafés especiais gera renda e oportunidade para as comunidades locais.

"É um trabalho de formiguinha, que a gente começou lá atrás, mas tem dado muito certo e vem crescendo nos últimos anos e dá uma satisfação muito grande. A gente vender o café em um preço melhor é importante, traz qualidade de vida, transforma a vida do produtor. Mas essa recompensa de ver o nosso café do outro lado do mundo, ter a oportunidade de conhecer o parceiro, de receber esse feedback e ser premiado em um concurso, não tem preço".

Ficha técnica:

Produção: Carol Oliveira

Continuação: Riquezas da Nossa Terra: Café, aroma da Mantiqueira

Reportagem: Ana Graziela Aguiar

Auxílio técnico: Marcelo Vasconcelos

Edição de texto: Amanda Cieglinski

Artes: Julia Gon

Edição de imagem e finalização: André Eustáquio

para saber como sintonizar a programação da TV  
Brasil.

Imagens: André Pacheco

## Justiça julga legal o uso do nome de marcas em campanhas de publicidade digital | Ancelmo Gois | O Globo

O uso de marcas como palavras-chave em campanhas de publicidade digital, mesmo por concorrentes, não configura deslealdade competitiva e nem confunde o consumidor. A prática não constitui venda ou oferta do produto de marcas concorrentes ou mesmo desvio fraudulento de clientela, de acordo com as sentenças dos juízes André Salomon Tudisco e Luis Felipe Ferrari Bedendi, da 1ª e 2ª Varas Empresariais e Conflitos de Arbitragem de São Paulo, respectivamente, em processos decididos nos úl-

timos meses.

Ambas as decisões concluíram nesta instância processos iniciados pelas empresas detentoras das marcas Construcolor e Pillowmed, que contestam o fato destes mesmos nomes terem sido utilizados por concorrentes como palavras-chave para orientar campanhas de publicidade digital por meio do Google Ads.

## Alteração na Lei de Arbitragem e o abarrotamento do Judiciário

No mês de setembro, a Lei 9.307/96, conhecida como a Lei da **Arbitragem**, completou 26 anos. O texto veio para trazer regras claras à prática de resolução de conflitos relativos principalmente a questões patrimoniais, mas pode ser aplicado em diversas áreas do direito.

A **arbitragem** trouxe muitas vantagens para a resolução alternativa de conflitos no país, a principal delas é a celeridade, pois quando os processos chegam ao judiciário brasileiro podem levar anos para serem finalizados.

A via arbitral é mais ágil, econômica, e proporciona decisões tecnicamente mais adequadas, uma vez que os julgadores árbitros possuem maior familiaridade com os assuntos envolvidos no conflito, já que muitas vezes são especialistas na questão controvertida.

Devido à uma mudança na Lei da **Arbitragem**, em 2015 a Administração Pública passou também a ter a possibilidade de valer de métodos alternativos de resolução de conflitos, que antes eram restritos ao setor privado, sendo necessário observar algumas limitações ligadas ao regime jurídico de Direito Público. Além disso, é necessário observar dogmas como predominância do interesse público sobre o privado, e regras sobre sigilo e publicidade.

A base jurídica da resolução alternativa de litígios é fruto de uma longa evolução de décadas, sendo hoje plena a sua aplicabilidade aos contratos firmados pela administração pública em todos os seus níveis.

No setor público, a **arbitragem** pode ser adotada em todos os contratos de fornecimento e de prestação de

serviços firmados pelas entidades da administração pública do Distrito Federal, União, estados e municípios. É possível também nos contratos de concessão de serviços público e de parcerias públicos privadas (PPP's).

No Brasil ainda temos um longo caminho a percorrer em relação a expansão da utilização da **arbitragem** pelas entidades da Administração Pública, pois a utilização deste recurso ainda pode ser bastante expandida, sendo os segmentos mais promissores os de contratos de infraestrutura, em concessões e PPP's.

Atualmente, tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei 3.293/21, apresentado pela deputada Margarette Coelho, que pode significar um retrocesso para entidades privadas e para a administração pública que se beneficiam da **arbitragem**. O texto não é visto com bons olhos pelos profissionais que atuam na área.

Alguns pontos da nova lei podem restringir a utilização da **arbitragem** no âmbito da Administração Pública, o que é bastante nocivo, com a previsão como por exemplo, de exigência de autorização expressa no edital e no contrato para a realização de **arbitragem**, o que é desnecessário atualmente.

A nova norma também pretende limitar a dez o número de processos em que os árbitros podem atuar simultaneamente, que é outro ponto que tem sido muito criticado, afinal de contas uma das maiores vantagens da **arbitragem** é a celeridade na resolução de conflitos.

Recentemente, houve um pedido de urgência para le-

Continuação: Alteração na Lei de Arbitragem e o abarrotamento do Judiciário

var a discussão do processo diretamente ao plenário da Câmara dos Deputados. No entanto, a pressa dos parlamentares em debater logo o tema pode fazer com que o projeto seja aprovado antes de haver qualquer debate público que discuta os impactos que a mudança na lei poderá gerar para o país e, principalmente, para o Judiciário, que poderá ficar

abarroto de casos que poderiam ser resolvidos por meio da **arbitragem**.

\*Marcus Pessanha é mestre em Direito, especialista em Direito Público e sócio do Schuch Advogados

## MIGALHAS nº 5.459

Terça-Feira, 18 de outubro de 2022 - Migalhas nº 5.459.

Fechamento às 09h13.

**"Todas** as quantias são grandes ou pequenas, segundo as circunstâncias."

Machado de Assis

### Repatriação de recursos

O Senado deverá votar nos próximos dias reabertura de prazo para legalização de bens no exterior. Um dos objetivos da proposta é custear o piso salarial da enfermagem. (Clique aqui)

### Repatriação de recursos - Nova versão

De autoria do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, o PL 798/21 vai reabrir o prazo de adesão ao Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária por mais 120 dias referentes a posses adquiridas até 31 de dezembro de 2020. Nesta nova versão, os contribuintes não são mais obrigados a comprovar a legalidade dos bens, bastando apenas uma declaração dizendo da origem lícita. Caberá à Receita Federal provar eventuais irregularidades para então intimar o contribuinte.

### Repatriação de recursos - Arrecadação

O Programa de Repatriação de Recursos foi criado em 2016 e, até o ano seguinte, trouxe de volta ao Brasil cerca de R\$ 175 bilhões.

### Teles

Vivo, Claro e TIM protocolaram no STJ pedido de suspensão da liminar que determina o depósito em juízo pelas três operadoras de R\$ 1,52 bi referente à

aquisição dos ativos de telefonia móvel da Oi. No início do mês, as três iniciaram um processo de **arbitragem** contra a Oi. (Clique aqui)

### **Arbitragem** em números

Em 2021, o número de arbitragens em andamento no país bateu recorde e atingiu a marca de 1.047 casos, um aumento de 5% em relação ao ano anterior, quando foram contabilizados 996 processos arbitrais. Em 2019, foram 967 casos. Os dados constam na Pesquisa **Arbitragem** em Números, da professora e advogada **Selma** Lemes, divulgada recentemente. Confira todos os dados do estudo, clique aqui.

### Migalhas para Estudantes

Almejando atingir voos mais altos do que uma simples representação dos discentes, os famosos Centros Acadêmicos são importantes por abrirem aos estudantes a oportunidade de estarem diretamente imersos no universo da democracia, da política e do debate. Pensando nisso, **Gabriel** Rodrigues Teixeira conversou com diretores do Centro Acadêmico XI de Agosto, da USP, e do Centro Acadêmico de Direito da Universidade de Brasília (CADIr UnB), especialmente atuantes no presente e no passado político brasileiro. (Clique aqui)

### "Teimosinha"

TJ/SP permitiu a utilização da ferramenta "teimosinha" até alcançar a satisfação do crédito ou até chegar ao fim do prazo de 30 dias. Colegiado considerou a medida de bloqueio, antes negada, proporcional e razoável, pois o processo corre por 16 anos não tendo sido encontrados bens em nome do executado. O escritório **Aidar** Fagundes Advogados atua na causa. (Clique aqui)

### "Teimosinha" - II



Dentre os desafios da atividade profissional do advogado está a procura de bens/valores de devedor para quitar dívidas. Os instrumentos que os patronos utilizam são muitos: Renajud, Infojud, Associação dos Registradores Imobiliários e o mais recente mecanismo é conhecido por "teimosinha", uma nova função do SisbaJud. A alcunha vem pela funcionalidade: por até 30 dias, o sistema "teima" e fica rodando para encontrar valores em contas bancárias que possam ser bloqueados. Antes, só era possível fazer a busca pelo prazo de 24 horas. (Clique aqui)

## Meio ambiente

Ministro André Mendonça pediu vista e suspendeu julgamento de ação que analisava normas do governo Bolsonaro que reclassificaram os agrotóxicos no país. A ação foi ajuizada pelo PT alegando que as alterações configuram retrocesso ambiental. (Clique aqui)

## Autismo - Competência da União

STF formou maioria no sentido de julgar inconstitucional lei do RJ (9.438/21) que proíbe os planos de saúde de impor limites ao tratamento de pessoas com autismo. O plenário acompanhou o entendimento da relatora, ministra Cármen Lúcia, que invalidou a norma por entender que o Estado legislou sobre matéria de competência privativa da União. (Clique aqui)

## Seguro saúde coletivo

Juiz de Ariquemes/RO declarou rescindido contrato de seguro saúde coletivo ao reconhecer má-fé dos contratantes. De acordo com a decisão, eles omitiram informações relevantes sobre o estado de saúde de um dos beneficiários. A advogada Alessandra Marques Martini, do escritório Sergio Bermudes Advogados, atua no caso. (Clique aqui)

## Liberdade de expressão

O jornalista José Trajano não deverá indenizar a rede de restaurantes Coco Bambu por chamá-la de "uma merda cara e sem sabor" em publicação feita no Twitter. Assim entendeu a 3ª câmara de Direito Privado do TJ/SP ao considerar que ainda que veiculadas com tom ácido e mediante utilização de palavras um tanto quanto ríspidas, a postagem realizada não teve a intenção de caluniar o estabelecimento. (Clique aqui)

## Lembrei que tô bloqueado...

Justiça de Pará de Minas/MG condenou o cantor Gustavo Lima a indenizar um idoso que tem o mesmo número de telefone do citado na música "Bloqueado". Juízo considerou evidente a violação de privacidade e fixou R\$ 10 mil de danos morais. (Clique aqui)

## Hora extra

Professor deve receber hora extra por orientação de TCC a alunos de uma universidade. (Clique aqui)

## Transferência de faculdade

Em Juiz de Fora/MG, Justiça permitiu que faculdade realize a transferência externa de aluno sem que seja necessário processo seletivo. Ao decidir, o magistrado considerou a excepcionalidade da situação, já que o estudante está com sua mãe doente e é o único filho. O escritório **Kairo** Rodrigues Advocacia Especializada atua no caso. (Clique aqui)

## Furto de veículo

Juiz de SP condenou uma empresa de proteção de bens a indenizar, por danos morais e materiais, cliente que teve seu veículo furtado. O escritório **Tadim** Neves Advocacia atua no caso. (Clique aqui)

## Apoiadores

**Clique aqui** para conhecer os festejados Apoiadores

## de Migalhas

- "Como saber se meu contrato com o banco é abusivo ou não?", por **Bruno** Spalenza Moulin (**VR** Advogados). (Clique aqui)

## Colunas

- "CVM e criptoativos: primeiras impressões", por **Felipe** Leoni Carteiro (**Rayes & Fagundes** Advogados Associados). (Clique aqui)

## CPC Marcado

Na coluna de hoje, **Marcus** Vinicius Furtado Coêlho analisa os artigos 79, 80 e 81 do CPC, que tratam da responsabilidade das partes por dano processual. (Clique aqui)

- "Imposto de renda pago sobre pensão alimentícia nos últimos cinco anos pode ser restituído ao contribuinte, sem a necessidade de ação judicial", por **Sylvio** Fernando Paes de Barros Jr., **Fernanda** Botinha Nascimento, **Maria** Carolina Torres, **Giovanna** Molinaro Ferrão e **Bianca** Rezani (**Araújo e Policastro Advogados**). (Clique aqui)

## Insolvência em foco

**Alberto** Camiña Moreira questiona a jurisprudência do STJ sobre a não exigência de certidão negativa de tributos para a concessão da recuperação judicial. (Clique aqui)

- "Tenho direito à nomeação se fui aprovado dentro das vagas previstas no edital?", por **Agnaldo** Bastos (**Agnaldo Bastos Advocacia Especializada**). (Clique aqui)

## Migalhas de Responsabilidade Civil

**Gabriel** Schulman foca nas negativas de tratamentos não previstos no rol da ANS e nas hipóteses em que são afastados os danos à pessoa, frequentemente, designados de "danos morais". (Clique aqui)

- "Trade dress e concorrência desleal", por **Mayara** Bueno Barretti Rocha (**Barreto Dolabella** - Advogados). (Clique aqui)

## Informação Privilegiada

Breves considerações sobre as problemáticas da produção legislativa penal brasileira, por **Anna** Júlia Bozza Kapp. (Clique aqui)

## Certificação

O escritório **CQS/FV** - Cesnik, Quintino, Salinas, Fittipaldi e Valerio Advogados tornou-se "Empresa B CertificadaT". O reconhecimento reforça a importância da nova área da banca, a de Direito Ambiental e ESG. (Clique aqui)

## Apoiadores

**Clique aqui** para conhecer os festejados Apoiadores de **Migalhas**

## Baú migalheiro

Há 155 anos, em 18 de outubro de 1867, os Estados Unidos tomaram posse do Alasca depois de comprá-lo da Rússia por US\$ 7,2 milhões. Na época, o Império Russo estava em dificuldades financeiras e em vias de perder o território do Alasca. Então, o Czar Alexandre II decidiu abrir venda do território aos Estados Unidos. A transação foi considerada absurda e era referida como "a loucura de Seward". (Compartilhe)

## Migalhas de peso

## Sorteio

A obra "**Direito** Fundamental de Herança" (Foco - 208p.), de autoria do advogado **Mário** Luiz Delgado, fundador do escritório **MLD** - Mário Luiz Delgado Sociedade de Advogados, sugere uma nova abordagem na interpretação e aplicação do direito fundamental de herança. O exemplar é cortesia do autor. (Clique aqui)

## Novidades

Hoje, a trilogia "**Responsabilidade** do Gestor na Administração Pública", da **Editora** Fórum, será lançada com palestra dos coordenadores da obra **José** Maurício Conti, **Thiago** Marrara, **Sabrina** Nunes Locken e **André** Castro Carvalho, no canal da **ESA OAB/RJ**, no YouTube. (Clique aqui)

**Pedro** Henrique Carvalho da Costa, associado do escritório **Farracha** de Castro, lança amanhã, às 18h, o livro "**A** sociedade limitada unipessoal no Brasil". O evento acontece em Curitiba, na Livraria da Vila do Shopping Pátio Batel.

Amanhã, das 18h30 às 21h, no Espaço Cultural do STJ, acontece o lançamento do livro "**Lei** de Improbidade Administrativa Comentada Em conformidade com as alterações da Lei 14.230/2021 - Nova Lei de Improbidade Administrativa" (Juruá), coordenado pelo ministro **Benedito** Gonçalves, **Fabiana** Favreto e **Renato** Cesar Guedes Grilo, com prefácio do ministro **Mauro** Campbell Marques. (Clique aqui)

Dia 24/10, às 19h, na sede da APESP (rua Tuim 932 - Moema - SP), acontece o lançamento das obras intituladas: "**Curso** de Direito Processual Civil Aplicado", do **Grupo** Gen - Editoras Forense, Método e Atlas, de autoria de **Antonio** Carlos Marcato, **Mirna** Cianci e **Nelton** Agnaldo Moraes dos Santos; "**O** valor da reparação moral" e "**Prescrição** no Código Civil: uma análise interdisciplinar", ambas da Editora D'Placido, de autoria e coordenação de **Mirna** Cian-

ci.

Dia 17/11, na Livraria da Vila do Shopping JK, em SP, acontece o lançamento de duas importantes obras: "**Risco** Contratual e sua Perspectiva na Incorporação Imobiliária", de **Alexandre** Junqueira Gomide (**Junqueira** Gomide & Guedes Advogados Associados), editado pela **Thomson** Reuters - Revista dos Tribunais; e "**Sistema** Eletrônico de Registros Públicos - Comentada e Comparada", coordenada por **André** Abelha, **Melhim** Chalhub e **Olivar** Vitale, editado pela **Forense**. (Clique aqui)

**Thomson** Reuters - Revista dos Tribunais lança a 5ª edição da obra "**Colaboração** premiada", de autoria de **Vinicius** Gomes de Vasconcellos. (Clique aqui)

## Migalhíssimas

Hoje, às 10h, o sócio do escritório **Fachin** Advogados Associados, **Carlos** Pianovski, ministra a palestra "Planejamento sucessório, divórcio e inventário do empresário". O evento ocorre no bloco vermelho da PUC/PR, em Curitiba.

**Clarissa** Jaegger, sócia da banca **Montaury** Pimenta, Machado & Vieira de Mello Advogados, participa da "73ª Conferência do Conselho da (APAA) **Asian** Patent Attorneys Association", organizado pela associação, em Busan/Coréia do Sul. (Clique aqui)

**Florian** Azevedo Marques Neto (**Manesco**, Ramires, Perez, Azevedo Marques Sociedade de Advogados) palestra no painel "Novas tendências nas disputas do setor de energia", que acontece na "IX Edição do Congresso de **Arbitragem**" promovido pelo **Centro** de **Arbitragem** e **Mediação** da Câmara de Comércio Brasil-Canadá hoje, em SP. (Clique aqui)

Sócios da banca **Montaury** Pimenta, Machado & Vieira de Mello Advogados, **Yuri** Fancher Machado e **Pablo** Torquato participam do "Congresso Anual 2022 da LES (Licensing Executive Society- USA &

CA)", em San Francisco/EUA, que teve início dia 16/10 e termina amanhã. (Clique aqui)

Amanhã, às 11h, o head do legal do escritório **Di Blasi, Parente & Associados**, **Lucas Antoniazzi**, irá palestrar em um encontro online da AMCHAM. O evento é organizado pelo Comitê de Marketing e Vendas da Associação e terá como tema "Os desafios do **marketing** de emboscada". (Clique aqui)

**Osmar Paixão Côrtes**, da banca **Paixão Côrtes e Advogados Associados**, ministrará palestra sobre "A relevância da questão de direito federal", amanhã, na CNI, em Brasília, no "Encontro Nacional dos Advogados do Sistema Indústria".

Amanhã, o **Trench Rossi Watanabe** promove o evento "ESG: Desafios e estratégias para sua consolidação no setor do pescado", realizado pelo time da prática de Compliance. No evento serão discutidos a importância e estratégias de implementação de práticas ESG no setor do pescado. (Clique aqui)

**Renato Mandaliti**, sócio do **Mandaliti** e CEO da Finch, e o gerente de arquitetura de soluções da empresa, **Daniel Corrêa**, estarão presentes na "Fenalaw 2022". Corrêa apresentará as palestras "Simplificando o mundo Jurídico", amanhã, às 12h30; e "Case Banco Digital - Plataforma de Gestão de Processos Jurídicos", dia 21/10, às 15h30. Já Mandaliti conduzirá o debate "Jurimetria Estratégica: como os algoritmos podem estruturar dados e determinar a probabilidade de condenação e seu valor médio", amanhã, às 15h55.

**Ana Carolina Lourenço**, advogada de Contencioso Cível do escritório **Machado Meyer Advogados**, é uma das palestrantes convidadas para a "Fenalaw 2022". A profissional participará do painel "Mudança de Mindset: A inclusão da Diversidade na Cultura Empresária", agendado para o 1º dia do evento, às 15h. (Clique aqui)

**Renato Valença**, sócio do escritório **Peixoto & Cury**

Advogados, participa da "Fenalaw 2022" amanhã, às 14h, como um dos palestrantes do painel "Do simples acordo ao Built to suit: como otimizar a gestão dos contratos do seu escritório", organizado pela **Thomson Reuters Brasil**. Em sua participação, Valença deverá apresentar casos de sucesso da utilização da plataforma jurídica HighQ. Também participa do painel **Wallace Cintra**, da Thomson Reuters. (Clique aqui)

Vice-presidente da **OAB/RJ** e sócia da banca **Basilio Advogados**, **Ana Tereza Basilio** participa amanhã do "Treinamento Permanente em Direito Previdenciário", pelo YouTube mentoriaoabrj, com a participação de **Luciano Bandeira**, presidente da seccional, e **Thais Fontes**, presidente da Comissão de Mentoria Jurídica (clique aqui). Dia 20/10, Ana Tereza participa da palestra "Advogada, faça justiça com a sua saúde, previna-se contra o câncer de mama", que acontecerá no auditório da 15ª subseção, em Macaé.

**Hannah Fernandes**, advogada do escritório **Di Blasi, Parente & Associados** e diretora jurídica da ABFRio, participará da "20ª Convenção ABF do Franchising", que acontece entre amanhã e domingo. O evento ocorrerá em Comandatuba/BA. (Clique aqui)

**Andrey Guimarães Duarte**, tabelião e vice-presidente do **Colégio Notarial do Brasil - Seção São Paulo (CNB-SP)**, fará a palestra "A evolução dos cartórios no ambiente digital. Tecnologia agregada à segurança jurídica. Os benefícios para o cidadão", dia 20/10, das 11 às 11h30. (Clique aqui)

Dia 20/10, **Marcelo Mazzola**, sócio do escritório **Dannemann Siemsen**, será palestrante no painel "Intervenção de terceiros na propriedade industrial", que faz parte da programação do seminário "Propriedade Industrial no STJ". O evento é promovido pelo STJ e o **Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário - IB-DP**, com o apoio da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) e da **ABPI** - Associação Brasileira da Propriedade In-

telectual. Além de palestrar, Mazzola também é responsável pela coordenação do seminário, juntamente com o ministro Ricardo Villas Bôas Cueva e os advogados Cassio Scarpinella Bueno e **Osmar Paixão Côrtes** (**Paixão Côrtes e Advogados Associados**). Informações e inscrições, clique aqui.

**Mário** Luiz Delgado, sócio fundador do escritório **MLD** - Mário Luiz Delgado Sociedade de Advogados, participa, dia 20/10, às 19h, da "Mesa Redonda: O Futuro do Direito das Sucessões", que ocorre no auditório da ESA/MT, em Cuiabá, ao lado das conselheiras federais da OAB Isabella Paranaguá (PI) e Mara Barros (MT).

No dia 21/10, às 16h, ministro Luiz Fux encerrará o seminário da **ABLJ** - Academia Brasileira de Letras Jurídicas sobre o bicentenário da independência. O evento é organizado pelo acadêmico **Roberto Rosas** (**Rosas Advogados**) e acontece no Salão do Instituto dos Advogados Brasileiros.

**Lívia** Barboza Maia, sócia de **Denis** Borges Barbosa Advogados, é coordenadora do Curso de Extensão em Fashion Law da **Instituto** de Direito da PUC-Rio. As inscrições acabam nesta semana e as aulas iniciam em 24/10. (Clique aqui)

Presidente do **IDT** - Instituto de Direito dos Transportes, **Paulo** Henrique Cremoneze, sócio de **Machado**, Cremoneze, Lima e Gotas - Advogados Associados, participa, até 28/10, de curso internacional de aprofundamento de Direito dos Seguros e Resseguros, organizado pela Universidade de Montevidéu.

**Juliana** Abrusio e **Marcelo** Castro Cunha Filho, respectivamente sócia e advogado da área de Direito Digital do escritório **Machado** Meyer Advogados, são convidados do "Congresso Nacional das Sociedades de Advogados 2022", que acontece entre os dias 9 e 11/11, em SP. Os especialistas ministram uma palestra sobre "Criptoativos" no painel "O escritório do futuro - Tecnologia, Competitividade e Pro-

dutividade", agendado para o primeiro dia do evento, às 15h50. (Clique aqui)

Sócio do escritório **SABZ** Advogados e professor da **FGV** Direito SP, **Paulo** Doron Rehder de Araujo passa a integrar o rol de avaliadores externos dos programas de formação e pós-graduação da International Anti-Corruption Academy - IACA. A Academia, uma das mais importantes think tanks mundiais nos temas de compliance e medidas anticorrupção, tem sede em Viena/Áustria, e forma anualmente mestres e especialistas para atuação nos setores público e privado em todo o planeta.

Os advogados criminalistas **Leonardo** Magalhães Avelar e **Beatriz** Esteves (**Avelar** Advogados) apresentam a pauta penal da semana com os julgamentos relevantes do STF. Clique aqui para conhecer a principal questão criminal que será enfrentada: julgamento de ação penal originária envolvendo Senador da República em processo oriundo da Operação Lava Jato.

## Fenalaw 2022

Começa amanhã, no Centro de Convenções Frei Caneca, em SP, a "**Fenalaw** 2022". O evento será presencial e trará sete salas simultâneas, mais de 300 palestrantes, 21 seminários e mais de 100 expositores e patrocinadores. Além de todo o conteúdo, a Fenalaw disponibiliza o cupom "MIGALHAS15", que fornece 15% de desconto. Participe! (Clique aqui)

## Departamento financeiro

Dias 26 e 27/10, das 19 às 22h, acontece a 9ª edição do "Curso de Gestão de Departamento Financeiro de Escritório de Advocacia", promovido pela **Radar** - Gestão para Advogados. (Clique aqui)

## Direito Administrativo

**AASP** promove, de 26 a 28/10, o "XXXVI Con-

gresso Brasileiro de Direito Administrativo". Sob a temática "Novas Leis: promessas de um futuro melhor?", a edição deste ano busca o debate sobre as mudanças e atualização das legislações. (Clique aqui)

## Agenda ESG

**FGV Direito SP** (FGV LAW) promove, dia 27/10, o webinar gratuito "Práticas da Agenda ESG: Potencialidades, Incertezas e ajustes de regulação", com Ilene Patricia de Noronha Najarian e Daniela Mussolini Llorca Sanchez. Inscreva-se! (Clique aqui)

## Auditoria governamental

**Editora Fórum**, com apoio do TCU, promove, de 8 a 10/11, o "Fórum Internacional de Auditoria Governamental", que reunirá representantes dos Estados, municípios e gestores dos principais órgãos de controle do Brasil. (Clique aqui)

## Software jurídico

**Sistema Lysis** proporciona automação e transforma a sua gestão jurídica. Confira! (Clique aqui)

## Nova ferramenta

**Deep Legal** anuncia o lançamento de uma nova solução para as buscas textuais e semânticas em bancos de dados do Judiciário. A ferramenta simplifica a pesquisa e será lançada oficialmente amanhã, dentro da programação da "Fenalaw 2022". (Clique aqui)

## Digitalização

**AASP** está hoje em Barretos com a unidade móvel do "Projeto Digitalização", estacionada nas imediações do fórum Cível do município, das 10 às 17h.

## Fomentadores

**Clique aqui** para conhecer todos os Fomentadores

## do Migalhas

### Mural Migalhas - Oportunidade de trabalho

Sempre que se busca uma cidade no site Migalhas, procurando-se um correspondente jurídico, e não se encontra, o sistema nos avisa e, aí, nasce uma oportunidade. Ei-la abaixo, atualizada diariamente: é o rol de cidades nas quais há emergente necessidade de um profissional, mas não há, ainda, nenhum migalheiro cadastrado:

PR/Santo Antônio do Paraíso

RS/Giruá

RS/Imbé

SP/Caiuá

TO/Xambioá

Se você quer se candidatar para eventualmente atender quem procura, clique aqui.

### Migalhas Clipping

**The New York Times** - EUA "Most Voters Say U.S. Democracy Is Under Threat"

**The Washington Post** - EUA "Grid is now top target in Ukraine"

**Le Monde** - França "Budget: dernières batailles avant le 49.3"

**Corriere Della Sera** - Itália "Governo, a un passo dall'intesa"

**Le Figaro** - França "Surenchère 'antiriches' à l'Assemblée nationale"

**Clarín** - Argentina "La CGT acusó a La Cámpora de usar el disfraz del PJ y Máximo los llamó traidores"

**El País** - Espanha "Putin lanza una oleada de drones bomba iraníes para sembrar el pánico en Ucrania"

**Público** - Portugal "Uso de drones para captar imagens sobe mais de 123 vezes em seis anos"

**Die Welt** - Alemanha "Kamikaze-Drohnen schlagen in Kiew ein"

**The Guardian** - Inglaterra "Hunt rips up PM's plans in astounding U-turn on tax"

**O Estado de S. Paulo** - São Paulo "Igreja Católica vai a centro de embate eleitoral com 2º turno"

**Folha de S. Paulo** - São Paulo "Campanhas ajustam o foco para redes em reta final"

**O Globo** - Rio de Janeiro "Caixa já liberou R\$ 1,8 bi em consignado do Auxílio"

**Estado de Minas Gerais** - Minas Gerais "Tragédia reflete alta da violência nas estradas"

**Correio Braziliense** - Brasília "Voto católico mo-

biliza as campanhas de Lula e Bolsonaro"

**Zero Hora** - Porto Alegre "Piratini anuncia a antecipação do 13º salário para o funcionalismo"

**O Povo** - Ceará "Procuradoria do STJD pede interdição do Castelão"

**Jornal do Commercio** - Pernambuco "Mulheres fazem mais denúncias"

Atualizado em: 18/10/2022 12:12

## Trade dress e concorrência desleal - Migalhas

### 1. Introdução

Sinteticamente, Trade Dress (conjunto-imagem) consiste em um conjunto-visual global de um produto ou a forma peculiar de prestação de um serviço. Engloba não somente a "aparência" dos produtos como também o aspecto distintivo (interno e/ou externo) de estabelecimentos ou prestação de serviços.

Cumprido destacar que o Trade Dress é protegido, mesmo não havendo previsão legal específica. Utiliza-se, para tanto, o supedâneo atinente à concorrência desleal.

Afinal, a conduta de algum concorrente que busca aproveitar-se do conjunto-imagem de outro empresário é repelida, visto que se investe muito para que um produto ou serviço seja amplamente reconhecido visualmente perante o mercado consumidor, razão pela qual a reprodução substancial deste padrão, por outrem, afigura-se como inconcebível usurpação.

Subsiste, assim, prejuízo a partir do momento que, aquele que explora o conjunto-imagem de maneira anterior (previamente ao concorrente), tem como diluído o poder de distintividade do seu produto ou serviço, além da vulgarização de uma imagem consolidada e, por fim, o desvio de sua clientela.

O consumidor também é lesado, afinal, os aspectos comuns entre ambas as marcas colocadas em observação retratam similitudes que levam à confusão do produto ou serviço.

Assim, inadmissível que haja uma apropriação do Trade Dress do concorrente, tendo em vista que o caminho de reconhecimento junto ao consumidor torna-se indevidamente abreviado e facilitado (de forma desleal e vedada pelo sistema de disciplina concorrencial vigente).

Dessa forma, pretende-se analisar o instituto do Tra-

de Dress, bem como aferir a eventual ocorrência de concorrência desleal por um empresário, através do uso de conjunto-imagem que imite produto ou serviço de concorrente e, com isso, venha a gerar associação indevida ou confusão pelo consumidor (e, ainda, desvio de clientela, perda de lucro e vulgarização da marca).

O tema será dividido em 3 (três) partes, sendo elas: (i) livre concorrência e concorrência desleal; (ii) Trade Dress e mecanismos de proteção; e (iii) limites à proteção do Trade Dress. O primeiro tópico será aqui abordado.

### 2. Livre concorrência e concorrência desleal

É certo que a competição entre fornecedores, especialmente aqueles que atuam num mesmo ramo de mercado, perfaz consequência natural do exercício da atividade empresarial, considerando o inegável escopo lucrativo a ela inerente, mormente para efetivar a busca de maior número de clientes e, consequentemente, ganhos mais elevados.

Tal competição está respaldada inclusive pela Constituição Federal, que prevê, dentre os princípios da ordem econômica, notadamente nos termos da livre concorrência, o seguinte:

" Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

(...)

IV - livre concorrência;"

Nas palavras de Fabiano Del Masso<sup>1</sup>:

"O princípio da livre concorrência impõe ao Estado abrigar uma ordem econômica fundada na rivalidade



entre ente exploradores do mercado. Segundo esse princípio, o mercado deve ser explorado pela maior quantidade de agentes possíveis, não que se exijam quantidades exorbitantes de agentes, mas o Direito deve garantir a entrada e a capacidade de concorrente a quem queira explorá-lo".

Essa disputa por maior atuação no mercado, ainda que tenha como norte o desenvolvimento pleno dos seus negócios, não permite a prática, pelos empresários, de atos de concorrência desleal.

Mas o que seria a concorrência desleal?

É certo que concorrência desleal alberga circunstância bastante diversificadas e pode, uma vez verificada, ocasionar prejuízos a diversas pessoas, de inúmeras maneiras.

Para José Carlos Tinoco Soares<sup>2</sup>, a:

"concorrência desleal não se define e nem se especifica, posto que se apresenta sob os mais variados aspectos, visando sempre atingir o industrial, o comerciante (entendido este em seu sentido mais genérico, eis que entre os mesmos podemos incluir as pessoas que praticam atividades profissionais e aquelas prestadoras de serviços), tirando-lhes direta ou indiretamente a sua clientela, causando ou não prejuízos".

Já na visão de João da Gama Cerqueira<sup>3</sup>:

"Sob a denominação genérica de concorrência desleal costumam os autores reunir uma grande variedade de atos contrários às boas normas da concorrência comercial, praticados, geralmente, com o intuito de desviar, de modo direto ou indireto, em proveito do agente, a clientela de um ou mais concorrentes, e suscetíveis de causar-lhes prejuízos".

Atinente à possibilidade de conceituação da concorrência desleal, destaca-se o quanto disposto no art. 10 da Convenção de Paris<sup>4</sup>, acordo este que o Brasil

é signatário, relativo a propriedade industrial:

"Art. 10 bis

1) Os países da União obrigam-se a assegurar aos nacionais dos países da União proteção efetiva contra a concorrência desleal.

2) Constitui ato de concorrência desleal qualquer ato de concorrência contrário aos usos honestos em matéria industrial ou comercial.

3) Deverão proibir-se particularmente:

1. todos os atos suscetíveis de, por qualquer meio, estabelecer confusão com o estabelecimento, os produtos ou a atividade industrial ou comercial de um concorrente;

2. as falsas alegações no exercício do comércio, suscetíveis de desacreditar o estabelecimento, os produtos ou a atividade industrial ou comercial de um concorrente;

3. as indicações ou alegações cuja utilização no exercício do comércio seja suscetível de induzir o público em erro sobre a natureza, modo de fabricação, características, possibilidades de utilização ou quantidade das mercadorias".

Como se observa, algumas palavras-chaves devem ser consideradas para que a conceituação em questão possa ser palpável dentro de uma circunstância que, inegavelmente, possui certo subjetivismo: (i) ato "contrário aos usos honestos"; (ii) atos suscetíveis de "estabelecer confusão"; (iii) "falsas alegações" aptas a desacreditar um concorrente; (iv) atos de "induzir o público em erro".

Na mesma toada, sopesa-se os termos Lei de Propriedade Industrial, em seu artigo 195, incisos III e IV, verbis:

"Art. 195. Comete crime de concorrência desleal

quem:

(...)

III - emprega meio fraudulento, para desviar, em proveito próprio ou alheio, clientela de outrem;

IV - usa expressão ou sinal de propaganda alheios, ou os imita, de modo a criar confusão entre os produtos ou estabelecimentos;"

Cumpra salientar que, para aquilo que importa ao presente artigo, optou-se em analisar apenas os supracitados incisos, valendo salientar, de toda sorte, que todos os incisos que consubstanciam o indigitado art. 195 da Lei de Propriedade Industrial, de fato, possuem um caráter genérico, justamente para que possam ser utilizados em inúmeras situações, as quais, logicamente, não poderiam ser pormenorizadas pelo legislador.

Com efeito, as expressões indicadas nos aludidos incisos III e IV, quais sejam, "meio fraudulento" e "criar confusão" permitem concluir o tipo de conduta vedada pela legislação no ramo empresarial.

Veja-se, pois, que a concorrência desleal deve ser tida através de um "comportamento", a ser levado a cabo por um operador econômico e vislumbrado no terreno negocial (de certo serviço ou produto), que infrinja aquilo que necessita ser observado na disputa pela clientela, através de meios que coloquem em xeque a sua idoneidade no mercado e, efetivamente, ou com possibilidade, causem danos ao concorrente.

Salienta-se, ainda, o entendimento de Fabio Ulhôa Coelho<sup>5</sup> acerca do tema concorrência desleal:

"Sendo assim, não é simples diferenciar-se a concorrência leal da desleal. Em ambas, o empresário tem o intuito de prejudicar concorrentes, retirando-lhes, total ou parcialmente, fatias do mercado que haviam conquistado. A intencionalidade de causar dano a outro empresário é elemento presente tanto

na concorrência lícita como na ilícita. Nos efeitos produzidos, a alteração na opção dos consumidores, também se identificam a concorrência leal e a desleal. São os meios empregados para a realização dessa finalidade que as distinguem. Há meios idôneos e meios inidôneos de ganhar consumidores, em detrimento dos concorrentes. Será, assim, pela análise dos recursos utilizados pelo empresário que se poderá identificar a deslealdade competitiva".

É dizer que, segundo o renomado autor, tanto na "concorrência leal", quanto na "concorrência desleal" haverá prejuízo do concorrente (ou potencial prejuízo), afinal, se um empresário negociar mais, é esperado que o outro, dentro do mesmo ramo mercadológico, negocie menos. Outrossim, desviar o interesse do consumidor trata-se de hipótese verificada em ambas as espécies de concorrência, tendo em vista que, naturalmente, todo e qualquer empresário quer que o seu produto ou serviço seja "escolhido" em detrimento da opção pelo concorrente.

Todavia, a questão primordial (e que leva a diferenciação entre uma e outra) é a maneira como se busca esse lugar no mercado, ou seja, quais os meios que serão utilizados com o propósito de convencer um consumidor escolher o produto ou serviço de determinado empresário (preterindo, consequentemente, o concorrente).

Há, portanto, uma linha sutil que separa a concorrência "leal" da concorrência desleal, de modo que o elemento a diferenciá-las deve ser o meio pelo qual o concorrente intenta alcançar o mercado.

Nesse sentido, explica Marcus Elidius Michelli de Almeida<sup>6</sup>:

"Em sua maioria, os autores que tratam da concorrência desleal afirmam ser difícil, ou até mesmo nada possível apresentar uma definição finita sobre o tema. Vale lembrar que o ato de concorrência leal e o de concorrência desleal têm em comum a sua finalidade, uma vez que ambos objetivam a clientela

alheia. A deslealdade, portanto, não está na busca da clientela dos autos, mas sim na forma de atingir essa finalidade. Dessa forma, conforme já tivemos a oportunidade de nos manifestar, a concorrência desleal não diz respeito a qualquer ato com o objetivo de se apropriar de uma clientela, mas a utilização daqueles que superam a barreira do aceitável, lançando mão de meios desonestos".

Destarte, utilizando-se as premissas da Convenção de Paris, da Lei de Propriedade Industrial, bem como o quanto trazido pelos doutrinadores acima destacado, é certo que, para que se materialize a concorrência desleal, além de intentar a captação da clientela de concorrente, causando-lhe danos e prejuízos ao seu negócio, é preciso que essa conduta se traduza em manifesto emprego de meio fraudulento, levando o consumidor a erro, obtendo-se, ao final, proveito econômico em detrimento do concorrente.

Exatamente por conta disso, é que a livre concorrência não pode ser tida como liberdade irrestrita, de modo que se atue no mercado sem observância dos padrões mínimos de civilidade na disputa pelo consumidor, ou seja, não se pode fazer tudo aquilo que se bem entender.

Com efeito, pode-se considerar como ato desautorizado, nos termos da legislação, eventual forma parasitária de estratégia mercadológica utilizada por um empresário com o escopo de captar clientes através da conduta que venha a confundir o consumidor, o que, ainda consequentemente, enseja a diminuição das vendas dos produtos/serviços do concorrente, com impacto significativo no seu faturamento. Não apenas, insere-se nesse rol da concorrência desleal possível desvio de clientela por meio de atos que venham a denegrir a reputação do concorrente.

1 DEL MASSO, Fabiano. Direito Econômico Esquematizado. 2ª Edição. São Paulo: Método, 2013. p. 69.

2 SOARES, José Carlos Tinoco. **Marcas** vs. Nome Comercial: Conflitos. São Paulo: Jurídica Brasileira, 2000, p. 366.

3 CERQUEIRA, João da Gama, Tratado de Propriedade Industrial. 2. ed. São Paulo: RT, 1982, p. 1.266.

4 Convenção da União de Paris para proteção da **propriedade** industrial. Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/backup/legislacao-1/cup.pdf>. Acesso em 11.9.2022.

5 COELHO. Fabio Ulhoa. Curso de Direito Comercial. vol. I, p. 261, São Paulo: Saraiva, 17ª edição, 2013.

6 ALMEIDA, Marcus Elidius Michelli. Tratado de Direito Comercial. São Paulo: Saraiva, coord. Fabio Ulhoa Coelho, 2012. p. 475.

Mayara Barretti

Continuação: Trade dress e concorrência desleal - Migalhas

Advogada. Graduada em Direito pela Universidade Nove de Julho - UNINOVE. Pós-graduada em Direito Empresarial pela Universidade Nove de Julho - UNINOVE. Pós-graduada em Direito Processual Civil pelo Instituto Brasiliense de Direito Público - IDP

Barreto Dolabella - Advogados

## Índice remissivo de assuntos

**Denominação** de Origem  
3

**Marco** regulatório | INPI  
3, 16

**Arbitragem** e Mediação  
5, 6, 8

**ABPI**  
8

**Marcas**  
8

**Entidades**  
8

**Propriedade** Industrial  
16